

Revisão Integrativa da Literatura



X ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 6, 7 e 8 de outubro de 2025

A INTERSECCIONALIDADE E OS IMPACTOS NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA

Tamiles Souza Oliveira¹

Anadir de Almeida Farias²

Ranna Gabriele Sampaio da Conceição³

Juliana Costa Machado⁴

Introdução

A violência contra a mulher negra é considerada como um fenômeno estrutural e interseccional, atravessado por marcadores sociais. Essa condição produz desigualdades que limitam o acesso a direitos, como saúde, educação e justiça social (Akotirene, 2022). A questão de pesquisa é: como as relações interseccionais entre os marcadores sociais impactam na violência contra a mulher negra?

Objetivo

Identificar como as relações interseccionais entre os marcadores sociais impactam na violência contra a mulher negra.

¹Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail: enfatamilesoliveira@gmail.com E-mail: nnhfarias@gmail.com

²Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail: nnhfarias@gmail.com

³Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail: rannasampaio@gmail.com

⁴Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem e do PPGES da UESB, Campus de Jequié. E-mail: juliana.costa@uesb.edu.br

Métodos

Trata-se de estudo descritivo, do tipo revisão integrativa da literatura, realizada entre abril e setembro de 2025, por meio da busca de artigos científicos nas seguintes bases de dados: Literatura Internacional em Ciências da Saúde, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, acessados por meio da Biblioteca Virtual em Saúde e Scientific Electronic Library Online e na PubMed, utilizando os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCs): Mulher, População negra, violência contra a mulher, Violência de gênero, Interseccionalidade e Relações de gênero; e os *Medical Subject Headings* (MeSH): Woman, Black People, Gender-Based Violence, associados pelos operadores booleano *AND* e *OR*. Obtendo inicialmente 288 artigos. Ao aplicar os filtros: texto completo e intervalo de publicação de cinco anos, o número de artigos reduziu para 135, após a leitura fluante foram separados 83 estudos e obteve-se 24 artigos aptos após leitura completa.

Resultados e Discussão

A violência contra a população negra surge após as invasões europeias em países africanos entre os séculos XV e XIX, devido a disseminação da colonização alimentada pela ideia capitalista de crescimento comercial e territorial da época, os quais, os povos habitantes desse continente foram sequestrados de forma brutal e comercializados para diferentes regiões do mundo, para serem explorados em diferentes circunstâncias (Alves, 2023).

Segundo Fanon (2008), a colonização instituiu a ideia de inferioridade direcionada para aquele povo, o qual foi considerado subalterno, que não detinha das tecnologias da época, cultuavam deuses diferentes do cristianismo (crença difundida pelos europeus), além das questões fenotípicas que os diferenciava. Era uma ideia concreta de que aquelas pessoas não poderiam ser consideradas como ser humano, e isso dava o falso entendimento e permissão aos colonizadores para traficá-las por séculos, reproduzindo a violência e a negação da humanidade negra (Fanon, 2008).

Essa ideia acerca da população negra foi defendida pela ciência da época, a qual pensadores legitimaram a inferioridade daqueles povos, a fim de validar a prática violenta de exploração. As ações seculares de violência culminaram no acúmulo de capital, controle e exploração física e racismo. E essas expressões violentas e subumanas, tiveram especificidades em relação a mulher negra, que vivenciou e vivência até os dias atuais a dupla opressão. Durante a escravidão seus corpos foram usurpados para a exploração trabalhista, sexual e reprodutiva, visto como um objeto manipulável. Seus direitos foram negados e sua humanidade fragilizada (hooks, 2020).

No entanto, assim como defende Rousseau, todo ser humano nasceu livre, as ações escravocratas começaram a incomodar a sociedade a partir do século XVIII. Movimentos abolicionistas, que defendiam a liberdade em prol da dignidade humana, encorajados por pensadores iluministas, alguns religiosos abolicionistas, revolucionários intelectuais da época e ex-escravizados, começaram a disseminar as ideias de libertação e fim da escravidão (Fanon, 2008).

A persistência das resistências por parte dos próprios negros, com fugas, organização de grupos e desenvolvimento de práticas culturais reforçaram a luta contra a escravidão e ajudaram a fortalecer os movimentos abolicionistas. Essas articulações, culminaram na abolição da escravatura, dividida em diferentes fases e ocorrida em períodos distintos nos países que recebiam os escravizados. Entretanto, mesmo após abolição às condições de violência e racismo permaneceram e ao longo dos anos passaram por transformações, mas sem deixar de submeter pessoas negras a condições de desigualdade, com ausência de acesso

a justiça, políticas públicas eficazes, educação e saúde. Manifestando-se pela exclusão, criminalização e genocídio (Fanon, 2008).

Nessa perspectiva, a violência interseccional contra às mulheres negras não seguiram um caminho diferente, manifesta-se como um fenômeno com muitas faces, que atravessa as questões de raça, gênero, classe, territórios e história colonial. Fazendo uma sobreposição de desigualdades que coloca essas mulheres em uma condição singular de vulnerabilidade, na qual há uma coexistência dos mascadores de desigualdades (Akotirene, 2022).

Essa condição faz com que as mulheres negras enfrentem limitações de acesso a direitos básicos como educação de qualidade, condições favoráveis de trabalho e moradia, acesso a saúde e dignidade humana. No entanto, Corrêa *et al.* (2021) apontam que mesmo as mulheres negras que conseguem superar essas condições de vulnerabilidade social e econômica, esbarram no racismo institucional e na violência. Vivenciam a violência doméstica, a institucional e a simbólica, por vezes velada (Corrêa *et al.*, 2021).

A falta de ambientes institucionais de apoio que entendam as especificidades dessas mulheres é outro problema. Por vezes, essas mulheres encontram apoio em redes comunitárias e em ambientes religiosos. É identificado um retardo em buscar ajuda de imediato em meios formais pelo receio de serem desacreditadas, o racismo institucional é o responsável por desencorajar às denúncias, pois muitas mulheres negras recebem tratamento diferente ao reportarem situações de violência a polícia, sentem insegurança e desdém em relação a sua denúncia. Além dessa questão, a dependência emocional, financeira e a existência de filhos também são fatores considerados como barreiras para realização da denúncia (Smith *et al.*, 2019).

Entretanto, quando mulheres negras são acolhidas por serviços especializados, relatam experiências afetivo-sexuais marcadas por violências morais e sexistas, controle comportamental e exclusão simbólica. Em suas vivências, surge como noção central para definir violência as ofensas à aparência, ciúme excessivo e humilhações, interpretadas como formas legítimas de violência (Santos *et al.*, 2020).

Em relacionamentos inter-raciais a interseção racismo e violência contra a mulher assumem formas particulares, manifestando-se através da inferiorização simbólica dos atributos físicos e culturais das mulheres negras. Ocorre, frequentemente, disfarçado de piadas, elogios ambíguos, com sentidos referentes a erotização do corpo, ou microagressões, e se entrelaçam com a violência psicológica e moral exercida por parceiros não negros, que se veem em posição de superioridade em relação a suas parceiras (Bastos; Souza, 2021).

Essa desumanização das mulheres negras, expressada por meio de estereótipos voltados a sexualização e indisciplina, afeta profundamente sua autoestima e naturaliza a ideia de submissão, muitas vezes internalizada por essas mulheres dentro das relações. Esses elementos também são reforçados por familiares, dos parceiros não negros, e redes sociais que rejeitam a união com mulheres negras por conta de seus traços ou da tonalidade de pele e a possibilidades de filhos inter-raciais (Lacey *et al.*, 2021).

Pesquisas relatam experiências de coerção sexual e abusos psicológicos dentro de relações duradouras, nas quais o sexo é imposto como obrigação conjugal. As mulheres negras relatam formas verbais e físicas de coerção, associadas ao uso de substâncias químicas, manipulação emocional e ausência de comunicação pós-violência (Gutzmer *et al.*, 2016). Vivências que culminam no feminicídio, no qual essas mulheres deparam-se também com a negligência estatal e a ausência de políticas públicas efetivas voltadas à proteção desse grupo específico, o que reforçam o caráter institucional dessa violência (Costa; Augusto; Marques, 2023).

Outro aspecto fundamental é o tratamento desigual recebido em sistemas de justiça criminal. Mulheres negras vivenciam experiências de desrespeito e descrença por parte da polícia, desencorajando a denúncia por medo de represálias ao parceiro ou de agravamento da

vulnerabilidade familiar, especialmente em contextos marcados pelo encarceramento em massa. A violência institucional, ao silenciar e minimizar as denúncias de mulheres negras, reforça a continuidade do ciclo de violência e o sentimento de desvalorização da vida negra (Smith *et al.*, 2019).

Nessas perspectivas, os efeitos psicossociais da violência são perceptíveis na vida dessas mulheres negras, de modo, que são identificados altos índices de transtornos mentais, ansiedade, depressão e ideação suicida, associados às experiências de discriminação racial e de gênero. Tais impactos exigem a formulação de políticas públicas que considerem a interseccionalidade e as especificidades da mulher negra para o enfrentamento das violências e do racismo que atravessam suas vidas (Reis, 2025).

Conclusão

Diante do exposto, pode-se perceber que a herança colonial e escravocrata estrutura as formas de opressão contra a população negra, legitimando a exclusão, desigualdade e violência que se manifesta de maneira interseccional, nesse tocante a violência contra as mulheres negras sofre com a sobreposição desses arcadores sociais, colocando-as em situação singular de vulnerabilidade, na qual estão expostas a violências físicas, simbólicas, institucionais e emocionais, que atingem diretamente sua dignidade, autonomia e saúde.

Descritores: Mulher. População negra. Violência contra a Mulher. Violência de Gênero. Interseccionalidade.

Eixo Temático 1: A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

Referências:

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Livros, 2022.

ALVES, D. T. **O genocídio da população negra no Brasil: a relação estrutural entre racismo e capitalismo**. 2023. Dissertação (Mestrado Em Serviço Social) - Faculdades De Ciências, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/40731>. Acesso em: 31 jul. 2025.

BASTOS, J. E. S.; SOUZA, T. M. C. Sentidos atribuídos por mulheres negras em relacionamentos inter-raciais: intersecções entre racismo e violência doméstica. **Psicologia & Sociedade**, [S.l.], v. 33, e277232, p. 1-15, 2021. Disponível em: scielo.br/j/psoc/a/MGBHGc46xF9gtcwZvYG4cnG/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 jun. 2025.

CORRÊA, M. D. *et al.* As vivências interseccionais da violência em um território vulnerável e periférico. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 31, e310001, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2021.v30n2/e210001/en>. Acesso em: 21 jun. 2025.

COSTA, M. F.; AUGUSTO, C. B.; MARQUES, M. C. S. Mulher do fim do mundo: violência feminicida contra a saúde da mulher negra. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 47, e9100, p. 1-10, 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

HOOKE, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LACEY, K. K. *et al.* Violência Grave por Parceiros Íntimos: Fontes de Estresse e a Saúde Mental de Mulheres Negras nos EUA. **Revista de Saúde da Mulher**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 17-28, 15 jan. 2021. Disponível em: <https://www.liebertpub.com/doi/10.1089/jwh.2019.8215>. Acesso em: 2 jul. 2025.

REIS, D. S. Saberes encruzilhados: (de)colonialidade, racismo epistêmico e ensino de filosofia. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, ed. e75102, 12 ago. 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/Hvf6N7pz6yxwk6J945MS9CC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SANTOS, G. C. *et al.* Impacto do racismo nas vivências de mulheres negras brasileiras: um estudo fenomenológico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.l.], v. 43, e249674, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003249674>. Acesso em: 22 maio 2025.

SMITH, M. R. *et al.* "You Do Not Think of Me as a Human Being": Race and Gender Inequities Intersect to Discourage Police Reporting of Violence against Women. **Journal of Urban Health**, [S.l.], v. 96, n. 5, p. 772-783, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31214974/>. Acesso em: 21 jun. 2025.